

## **Ata da trigésima quinta reunião ordinária do CONCIDADE.**

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itapoá, dá-se a trigésima quinta reunião ordinária do CONCIDADE - Conselho das cidades de Itapoá. É passada a lista de presença onde todos assinam. Estão presentes: Marcio Roberto Gonzatto (presidente CONCIDADE), Luiz Carlos Zagonel (titular Executivo), Conrado Schneider Junior (titular Executivo) - representantes do poder executivo; Jeferson Rubens Garcia (titular Legislativo), Geraldo Rene Behlau Weber (titular Legislativo), Thomaz Willian Palma Sohn (titular Legislativo) - representantes do poder legislativo; Sérgio Valle Machado (REDES AO MAR - suplente Movimento Social e Popular), Andréa Elizabeth Choma (CEAI - titular Entidades Empresariais, Profissionais ou Acadêmicas), Werney Zuneda Serafini (ADEA - suplente Organizações Não Governamentais) - representantes Setoriais; Gustavo Rieke (AMBS - titular Foz do Sai Mirim até a rua 560), Leci Maria Cemin Biazi (ACERAMGI - titular da Rua 560 até a Rua 1000), Anita Pujak (ROSAMAR - suplente da Rua 1000 até a Rua 2430), Joãomar Nascimento Azevedo (ACOPOF - titular da Rua 2430 até a Ponte do Rio Jaguaruna) - Representantes Territoriais. Ouvintes: Carlos Antônio Zehnder (ACERAMGI - suplente da Rua 560 até a Rua 1000), Renato Goldschmidt (Pró Itapoá), Izaque Goes (Advogado do Porto). Constatando que há quorum, a reunião tem início às nove horas e três minutos. O presidente Marcio Roberto agradece a presença de todos e inicia com a aprovação da ATA da trigésima quarta reunião ordinária do conselho do CONCIDADE, todos votam a favor da aprovação da ata. O presidente Marcio lê a ata da primeira reunião da câmara de acessibilidade, que ficará anexa ao livro Ata, passa a palavra a conselheira Andréa Choma que explica o motivo do projeto de lei e da necessidade de regulamentar os espaços destinados a vagas para estacionamento de veículos em edificações multifamiliares, não se atendo apenas a metragem quadrada construída, mas também, ao número de unidades habitacionais, para evitar que as ruas sejam usadas como estacionamento de veículos para residências. Lê a redação do projeto de lei, que ficará anexo a esta ata. O presidente Marcio pede aos conselheiros que dêem seus pareceres. O conselheiro Geraldo explica que vaga não necessariamente quer dizer garagem coberta e sim o espaço reservado para o veículo, mesmo que este esteja descoberto, porém uma vaga não pode prender outra, comenta também que o calculo é feito em separado para o uso habitacional e uso comercial em edificações que possuem comércio e habitação, é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. A conselheira Andréa é favorável a alteração da lei. O conselheiro Werney se abstem, pois acredita que este assunto deva ser discutido junto com o Plano Diretor. A conselheira Anita é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. O conselheiro Thomaz é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. O conselheiro Sérgio é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. O conselheiro Gustavo é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. O conselheiro Conrado é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. O conselheiro Luiz Carlos é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. A conselheira Leci questiona sobre a área de permeabilidade, a conselheira Andréa explica que estas áreas são computadas separadamente, e uma não interfere na outra, sendo assim a conselheira Leci é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. O conselheiro Joãomar é favorável a alteração da lei

conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. O conselheiro Jeferson é favorável a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade. Por onze votos a favor e uma abstenção é aprovada a alteração da lei conforme a redação proposta pela câmara de acessibilidade, que será enviada ao gabinete e posteriormente a Câmara de Vereadores. A conselheira Andréa pede a palavra e diz que o intuito do CONCIDADE é que seja participativo, e como este ano haverá a revisão do Plano Diretor, sugere que os conselheiros venham embasados em atas, de cada entidade que representam, e ata da reunião do conjunto de entidades, para que passem ao conselho a opinião das entidades, pede que juntamente com as atas venha o ofício de convocação ou cópia do e-mail de convocação. O conselheiro Gustavo diz que o prazo está muito curto, não está havendo tempo hábil para repassar a comunidade e discutir o assunto, pede que os documentos venham com mais tempo. A conselheira Andréa diz que devido a revisão do Plano Diretor serão necessárias reuniões mais frequentes entre as entidades e que isto ocupará mais tempo de todos. O conselheiro Sérgio sugere que seja formada uma comissão para acompanhar a revisão do Plano Diretor. O conselheiro Conrado questiona o porque criar uma comissão. O conselheiro Sérgio explica que a maioria dos conselheiros são voluntários e têm que cuidar de seus comércios e trabalhos. O presidente Marcio diz que a proposição é muito boa e pede que todos levem esta informação a suas entidades e que na próxima reunião já tragam o assunto definido. A conselheira Leci diz que a sugestão da Andréa é válida, e comenta que está tendo dificuldades com associações que representa. A conselheira Andréa explica que é necessário que se tenha documento comprobatório da convocação, mesmo que seja por e-mail. O conselheiro Luiz Carlos pede que se inclua na próxima pauta o plano municipal de drenagem urbana e manejo de águas e plano municipal de resíduos sólidos, explica que têm prazo, sugere que todos leiam o material que está no link, no site na prefeitura onde está o material do CONCIDADE, pois todo este processo deve ser analisado pelo CONCIDADE. O presidente Marcio pede o parecer ambiental dos planos. O conselheiro Conrado explica que precisa de tempo para fazer o RAP - Relatório Ambiental Prévio, da associação dos carroceiros, como estão fazendo um trabalho mais aprofundado pede este tempo ao conselho. O presidente Marcio pede que todos leiam o material que está no link. A conselheira Leci diz que não possui computador e que o mesmo ocorre com grande parte da sua comunidade, pede que seja feito um resumo para que ela possa discutir com as associações. O conselheiro Luiz Carlos diz que na Câmara de Vereadores possuem data-show e que o mesmo pode ser utilizado pela comunidade, desde que esteja agendado o horário. O conselheiro Conrado conta que além do relatório que irão fazer estão sendo feitas conferências que falam a respeito deste assunto, sugere que se aguarde o resultado das conferências. O conselheiro Luiz Carlos diz que o prazo está correndo e existe multa. O conselheiro Sérgio diz que no regimento interno do CONCIDADE não existe prazo para convocação de reunião extraordinária e que isto muito ajudará na convocação das reuniões extraordinárias durante a revisão do Plano Diretor. O presidente Marcio comenta que já havia percebido este fato, nada mais tendo a tratar encerra a reunião às nove horas e quarenta e quatro minutos. Eu, Reinilda Fiorese, lavrei a presente ata que será lida e aprovada com a assinatura dos presentes.